

São José da Boa Morte: entre a terra livre e a ditadura

Ricardo Braga*

1. Introdução

Em novembro de 1961 cerca de 300 posseiros ocuparam uma área de 200 alqueires que, segundo eles, estavam sendo ilegalmente apropriados pelos donos da empresa Agrobrazil (GRYNSZPAN, 1987). Para os camponeses, aquelas terras da fazenda São José da Boa Morte eram públicas e deveriam pertencer a eles que nela iriam trabalhar, opondo-se à atuação da empresa que desde 1958 despejava os lavradores de forma violenta, com a queima de casas e soltura de gado nas lavouras.

Na ocasião da ocupação, os camponeses escavaram trincheiras, criaram senhas de entrada e se armaram para se manter no local. A ocupação foi desorganizada pela atuação da polícia e da Comarca de Cachoeiras de Macacu. Dois anos depois a mesma área foi reocupada, com uma atuação e configuração diferente de 1961. Os lavradores subiram uma bandeira nacional e uma grande bandeira com os dizeres: “Luta-se pela terra livre”¹. Com a ajuda de sindicatos, associações, do prefeito local e da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), os camponeses organizados conseguiriam a desapropriação da fazenda através de decreto assinado pelo então presidente João Goulart, em janeiro de 1964.

Cerca de três meses após o decreto foi dado o golpe de Estado que iniciou a ditadura civil-militar que durou 21 anos, e cujas marcas ainda podem ser reconhecidas. Para Arantes, 1964 é um “ano que não terminou” (2010, p. 205): nos primeiros meses do golpe foram levados à prisão 50 mil presos em todo o Brasil². Para este autor, em 1964 “os cárceres já gritavam” (*ibidem*), tendo na tortura o ingrediente principal dos inquéritos e prisões. A ditadura reforçava a dimensão *desaparecedora* do poder³, onde os corpos torturados precisam também desaparecer, coexistindo tortura,

* Mestrando do CPDA/UFRJ, pesquisador do projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Pesquisador do Projeto "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

¹ “Despejados os lavradores de São José da Boa Morte”. Jornal *Última Hora*, 14/12/1963.

² O autor utiliza como fonte os trabalhos de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985; HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998) e TELES, Janaina Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. USP FFLCH: 2005.

³ O conceito de *poder desaparecedor* é retirado da obra de CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013. Com este conceito a autora classifica o modelo repressivo de poder adotado pelo governo totalitário na Argentina.

desaparecimento e tentativa de legalidade do regime. Arantes afirma que o principal alvo do golpe foi a capacidade organizativa das pessoas comuns. Seguindo as pistas do historiador norte-americano Greg Grandin, Paulo Arantes diz, citando-o: “ao longo de mais de três décadas de contrarrevolução – é este o nome – no continente, perseguiu-se de fato um só objetivo: extinguir ‘o poder formativo da política enquanto dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas’” (*idem*, p. 218; ênfase nossa).⁴

Quinze anos depois do golpe e quinze anos após a desapropriação da fazenda São José da Boa Morte, que ao longo dos anos 1960 teve suas terras devolvidas à empresa Agrobrasil, os trabalhadores e trabalhadoras do campo tornaram a ocupá-la. Em um novo contexto de mobilização nacional e distensão política do regime a violência no campo e o despejo prevaleciam, alimentando e reproduzindo as condições de indignação. Velhos e novos moradores, muitos dos quais que participaram das ocupações de 1963 e 1961, tornaram a se organizar e conquistaram novamente, e agora de fato, a propriedade da terra em 1981.

Analisaremos aqui esta experiência de luta pela terra que ao longo de vinte anos conformou uma experiência de classe e uma cultura política que foram acionadas em momentos de confronto, mas que também perdura até nossas datas recentes.

2. Resistência teimosa e ditadura

Compreenderemos aqui, como Arantes (2010), o golpe a partir de sua atuação política e ideológica de extinção da política enquanto dimensão de mudança. Compreender o regime que se iniciou em 1º de abril de 1964 como uma contrarrevolução não pretende sugerir que havia de fato uma revolução comunista em curso no Brasil (MELO, 2014a), mas sim que o que estava em jogo era impedir a emergência e mesmo a formulação de projetos de sociedade populares e divergentes do desejado pela ditadura e pelas parcelas civis que a ela financiaram e se associaram, compreendendo também a virtualidade de uma revolução popular no imaginário daqueles que deram o golpe. A característica que emerge deste novo Estado em 1964 é o dispositivo de Estado de emergência, acionado pela força das classes que o rege, como medida de contenção das classes e como garantia do desenvolvimento capitalista pelo mercado (ARANTES, 2010; LEMOS, 2014).

⁴ Arantes se refere a GRANDIN, Greg. *The last colonial massacre: Latin-America in the Cold War*. Chicago: Chicago UP, 2004.

O modelo que teria seu auge no “Milagre econômico” tinha suas bases na política permanente de arrocho salarial, no endividamento externo e na repressão às organizações políticas, sindicais, trabalhistas ou populares que não estivessem de acordo com a ideologia delimitada pelo regime. Estes elementos permitem Melo (2014a, 2014b) afirmar o caráter de classe do golpe de 1964⁵.

Dreifuss (1981), ao propor uma nova formulação conceitual para o golpe e para a ditadura propôs o termo “ditadura civil-militar”, onde o termo “civil” teria um sentido classista, e não de homogeneização da sociedade na aderência ao golpe. O autor, contudo, afirmou que também seria correto utilizar o termo ditadura empresarial-militar ou ainda tecno-empresarial-militar, devido à especificidade da classe envolvida na concepção, realização e continuação do golpe e do regime que se estabeleceu. Esta explicação visa se afastar da mistificação com que o termo “civil” é utilizado em alguns casos e valorizar a participação ativa – e não reativa – do empresariado brasileiro no acirramento político pré-1964, no golpe e na formulação de políticas públicas:

a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos, tradicionalmente não-militares, é bastante notável. (...) Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (...) ativistas do complexo Ipes/Ibad⁶ ou (...) que compartilhavam das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo Ipes para derrubar J. Goulart (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Desta forma, iremos utilizar aqui os termos ditadura civil-militar e empresarial-militar como sinônimos, sendo o segundo uma delimitação mais acurada dos propósitos do golpe e daqueles que nele estiveram presentes de forma ativa.

Tomaremos emprestado, a fim de melhor compreender a resistência promovida pelo movimento camponês, a expressão “resistência teimosa” de Thompson (1998, p. 13). Este autor a utiliza para se contrapor às concepções da historiografia que

⁵ Ver também OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

⁶ Para Dreifuss, a intelectualidade orgânica do empresariado brasileiro, e sua fração multinacional e associada, formou-se ao redor do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Por estes institutos passaram nomes da intelectualidade civil e militar brasileira, com representantes dos setores do empresariado. Estes homens e mulheres ocuparam cargos e produziram projetos de lei e de reforma aprovados durante a ditadura, tornando os interesses desta classe a razão de Estado.

analisavam o século XVIII inglês como de declínio dos costumes e de ascensão das reformas e do progresso, estando o povo sujeito passivamente às pressões por modernização e mudança nas suas culturas.

Seguindo as linhas do autor, é preciso enxergar nos costumes e na resistência – teimosa e cotidiana – as suas funções. Não se situam apenas na dimensão dos significados, atitudes e valores, mas também no ambiente material: um equilíbrio de relações sociais, um ambiente de exploração do trabalho e de resistência a essa exploração, nas rotinas de trabalho, nas atividades diárias, no paternalismo e nas relações de poder muitas vezes mascaradas. Também faz parte dos costumes a transmissão oral de práticas e técnicas de trabalho, de comportamentos e de expectativas, em suma, de experiências sociais que constituem um modo de se comportar, compreender e exigir no mundo, um modo sumamente ligado a uma experiência de classe, sem com isso assumir de imediato uma consciência de classe.

Apesar do conflito e da mudança serem partes inerentes da dinâmica social, devemos compreender que os homens e mulheres que agem na história frequentemente não conseguem mudar suas bases sociais e materiais de modo efetivo ou duradouro. Contudo, é preciso conhecer estes homens e mulheres para entendermos o conflito, e isto implica em sabermos suas práticas e suas expectativas. Compreender, isto é, observar as múltiplas dimensões – econômicas, políticas, sociais, religiosas, etc. – que são assumidas pela exploração e pela resistência.

A fim de abarcar de modo mais eficiente estas múltiplas dimensões, utilizaremos o conceito de classe proposto por Thompson (2001), um conceito aberto à experiência como um fenômeno temporal e relacional de compartilhamento de vivências, tradições, valores e ações que são definidas pelos homens e mulheres que agem na história. Por ser relacional, este termo só pode ser compreendido em relação com outras classes, em conflito de interesses, valores, experiências e projetos; em suma, em luta de classes.

É deste modo que poderemos compreender a *resistência teimosa* como a constituição de uma cultura política ao mesmo tempo tradicional (pois busca os costumes anteriores às mudanças impostas) e rebelde (pois se contrapõem às inovações e modernizações impostas por governantes, proprietários, comerciantes e empresários). As inovações do capitalismo quase sempre são experimentadas como intensificação da exploração e da expropriação (da terra, dos direitos, dos lares).

Transportando este conceito, com as devidas limitações, para o caso em questão, é possível ver na atuação organizada do movimento camponês a resistência a um projeto

de classe que seria definitivamente instaurado em 1964, mas que já se apresentava nas décadas anteriores, período de formação do próprio movimento camponês. Podemos compreender este modelo empresarial-militar adotado a partir das palavras de Dreifuss (1981, p. 489):

A história do bloco de poder multinacional e associado começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente ‘tornaram-se Estado’, readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista.

3. Ocupações e golpe: dos grileiros à ditadura (1950-1979)

3.1. O movimento camponês em Cachoeiras de Macacu

Cachoeiras de Macacu foi um palco privilegiado para a compreensão da luta por terra no Rio de Janeiro. Seu passado remonta à expulsão dos franceses da Baía da Guanabara, às sesmarias e depois à doação do terreno que hoje é conhecido como Cachoeiras de Macacu à Companhia de Jesus em 1571, porém estabelecida na região apenas em 1579, devido aos conflitos decorrentes da invasão dos territórios indígenas pelos portugueses (CARDOSO, 2009).

Com a doação de inúmeras outras sesmarias ao longo das margens do rio Macacu durante os séculos XVI e XVII, funda-se em 05 de agosto de 1697 a Vila de Santo Antônio de Sá, considerado o primeiro nome oficial da região de Cachoeiras de Macacu. Esta vila, também conhecida como Vale do Macacu, que até metade do século XVIII abarcava as freguesias de Santo Antônio de Sá, São José da Boa Morte, Santíssima Trindade e São João Batista de Itaboraí, compreendia o que hoje são partes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé, ocupando a porção nordeste do recôncavo da Baía de Guanabara. A ocupação dessa área acompanhou o curso do rio Macacu, sendo traçadas rotas para escoamento de produtos, mas também para o estabelecimento de casas, povoados, fronteiras e portos. Os fluxos dos rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu também serviram como principais meios de comunicação entre a Baixada da Guanabara e a cidade do Rio de Janeiro, fato importante quando se observa a principal ocupação da região: o abastecimento do Rio de Janeiro através da produção de mandioca/farinha de mandioca, arroz, feijão e milho,

além da produção de açúcar e da extração de madeiras (já trabalhadas para as construções civil e naval, ou como lenha e carvão).

A maior parte da população produtora e residente em Cachoeiras de Macacu era composta por homens e mulheres livres e pobres que tinham como sustento o trabalho na terra, quase sempre arrendada, com uma produção voltada para o abastecimento do mercado interno da Vila e do Rio de Janeiro. Caracterizavam-se por ter ou não a posse de alguns poucos escravos, de forma que auxiliassem e complementassem o trabalho na lavoura (CARDOSO, 2009; ROSA JR., 2014).

No século XIX, a região viveu um processo de decadência econômica, devido a fatores como a migração da cultura do café para o Vale do Paraíba, levando a esta área maiores investimentos e instrumentos de trabalho; a gradual extinção do trabalho escravo; a epidemia de malária denominada “febre do Macacu”, que atravessou a região a partir de 1830 e foi responsável por uma sensível baixa na população e pela consequente redução das áreas produtivas no baixo e médio curso do rio Macacu que, por ser área de brejos, favorecia a reprodução dos mosquitos transmissores da doença⁷; a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo que contribuiu para o desuso do rio, inclusive no imaginário local: o que antes era visto como vetor do progresso e articulador da organização social passou a ser evitado pelo uso da linha férrea e pela possibilidade de contaminação. A decadência do uso do rio também está associada à mudança da sede da Vila de Santo Antônio de Sá para Santíssima Trindade (que teve seu nome mudado para Sant’Anna de Macacu). Ao longo do final do século XVIII e primeira metade do século XIX foram inúmeras as fragmentações de seu território, devido à anexação destas freguesias a outras vilas e em alguns casos à elevação de outras freguesias a vilas, levando consigo engenhos, escravos e produções diversas e significativas, deslocando também a população livre.

Em suma, a população que habitava a região de Cachoeiras de Macacu até o início do século XX era preponderantemente pobre e composta por ex-escravos, trabalhando sob arrendamento ou em parcerias diversas, tendo no uso da terra a base de sua sobrevivência e organização social. Este contexto foi se alterando ao longo do século XX. As obras de revitalização da Baixada não se traduziram em aumento da produção e melhoria de vida para os trabalhadores. Apesar de, segundo os Censos

⁷ Ao fugir da epidemia que assolava o rio Macacu, a população que morava nas áreas de brejo passou a ir para outras freguesias dentro da Vila de Santo Antônio de Sá, como, por exemplo, a de São José da Boa Morte.

Agropecuários, em Cachoeiras de Macacu aumentarem as terras de lavoura e pastagem, entre os anos 1950 e 1960 houve diminuição de 21,5% do trabalho permanente e de 61,5% do trabalho de parceria, enquanto o trabalho temporário aumentou 183,2%. O número de pessoas envolvidas em atividades de agropecuária e extração dobrou entre estas décadas (indo de 30% para 65,5% da população total do município). Estes dados evidenciam a grande dispensa e despejo destes trabalhadores, particularmente intensificados nestes anos, além de uma significativa mudança nas relações de trabalho e avanço do gado sobre as terras que antes eram de lavoura (GRYNSZPAN, 1987, p. 50; 61).

São apontados como causadores e perpetradores destes despejos os *grileiros*. Esta é uma categoria utilizada pelos *posseiros* no momento do confronto. Como dito anteriormente, cada categoria desta relação expressa a identidade de um conjunto de homens e mulheres que compartilham uma experiência social de classe e um conjunto de valores comuns. Para os posseiros, a terra está marcada como local de importância para a sua experiência social: local de trabalho, de moradia, de vinculação com outros homens e mulheres, de vivência religiosa, enfim, de sociabilidade, tendo, portanto, um valor moral. A identidade política assumida pelos posseiros compreende como central para a sua luta o fim da relação de dominação e o entendimento da terra como um direito de quem nela trabalha e exercita sua função econômica e social.

Desta forma, o termo *grileiro* assume imediatamente uma conotação negativa, significando aquele que se apodera de terras alheias através de documentação falsa, do uso da violência, da quebra de relações e normas comumente aceitas. *Grileiro* passa a ser aquele que impede a relação do camponês com a terra em sua realidade material e simbólica. Para esta classe a terra é transformada em mercadoria e deve ser valorizada através da especulação fundiária e posterior loteamento urbano, para isso é alocado o gado como forma de utilizar a terra com o mínimo de investimento, valorizando o uso da terra como mercadoria⁸.

Contudo, a escolha ou não pelo enfrentamento depende do contexto vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras, não estando apenas ligada à exploração e dominação. Para que a revolta emergja é necessário que o despejo tenha sido visto como uma ação injusta e possível de ser evitada – e não como um direito do proprietário – o que dilui a autoridade do patrão ou daquele que o despeja (juiz, polícia, jagunço). Como trabalhado

⁸ A compreensão destas categorias como identidades políticas de classe é realizada por Grynszpan (1987), remetendo ao trabalho e categorias de análise de Thompson.

por Thompson (1998), os estímulos econômicos (fome, pobreza, desemprego) devem ser observados na sua relação com o consenso popular, com o conjunto das normas tradicionais e de obrigações sociais assumidos e esperados por cada classe em relação. A reação dos camponeses vem, em grande medida, da percepção – quando esta ocorre – da quebra das relações de dominação tradicionais, que pode ser desencadeada pela violência empregada pelo patrão; mudança brusca nas relações de trabalho; chegada de um novo proprietário, grileiro ou jagunço com o qual não se tinha um contato prévio. Desta forma, as relações mantidas entre os proprietários e os posseiros nos anos 1950 e 1960 estavam cada vez mais mediadas pelo uso da violência e pelos jagunços, afrouxando os laços de subordinação que prendiam o lavrador ao patrão.

A mudança radical na relação entre trabalhador rural e patrão quebrou não apenas uma relação de trabalho e convivência, mas um pacto paternalista com valor simbólico e material, sendo o patrão visto como aquele que podia ajudar na hora da necessidade, para comprar remédios, para ajudar com problemas pessoais (MONTENEGRO, 2003). Seguindo as pistas de Bourdieu (1996), é rompida uma relação de troca do dom e do contradom, baseada em uma economia de bens simbólicos, ou ainda uma economia moral (THOMPSON, 1998), deixando o patrão de arcar com os deveres e desejos esperados pelos camponeses.

O rompimento abrupto desta configuração se deve ao processo de objetivação da relação entre patrão e trabalhador, sendo a relação fundada a partir deste momento segundo os interesses e a lógica do capital financeiro. Para Bourdieu (1996), o rompimento das expectativas coletivas dos trabalhadores significa que seus modos de comportamento, de compreensão, de espera e de resposta do e no mundo são desvalorizados pela classe patronal. Frente a esta nova configuração de ruptura das formas de associação tradicionais, os trabalhadores rurais começam a se mobilizar contra estes novos discursos e práticas que, com o uso constante das violências física e simbólica, perpetuam modos de exploração, dominação e expropriação da terra.

Deste modo, está em jogo um conflito de valores e de interesses afetivos e morais, vividos no aprendizado cotidiano e que constituem a experiência que pôde resultar na composição da classe de posseiros. A luta realizada pelos camponeses, portanto, também é conflito entre valores de uso e de troca, valores que trazem distintas e determinadas formas de se vivenciar, experimentar e significar a terra (THOMPSON, 1981; MARTINS, 1986).

Com o aumento da violência física e da exploração do trabalho passam a ser questionadas a propriedade da terra e a legitimidade de atuação do proprietário: os trabalhadores do campo passam a negar a sua saída da terra e o pagamento pelo trabalho e moradia. O despejo como impossibilidade de acesso a terra desencadeia a luta, assimilando e desenvolvendo a resistência teimosa contra a abrupta redefinição das relações entre posseiros e grileiros.

3.2. Ocupações e desapropriação (1961-1964)

O conflito da Fazenda São José da Boa Morte (SJBm) possui duas grandes fases. A primeira se inicia ainda nos anos 1950, com a gradativa ocupação de terra por lavradores, e vai até o ano de 1964 que tem, com o golpe empresarial-militar, uma inflexão da luta e das vitórias conquistadas pelos lavradores, obrigando as lideranças a fugir, desarticulando a organização do movimento camponês. A segunda fase tem início no final dos anos 1970, já no período de reabertura política, quando a fazenda é novamente ocupada, já com novas organizações atuando, sendo novamente desapropriada em 1981. O caso dá indicativos da correlação de forças que remonta aos agentes envolvidos na deflagração do golpe de 1964 e na própria continuidade do regime ditatorial, revelando relações entre a classe empresarial, o Estado e as polícias e Forças Armadas.

A gradativa ocupação de terra da fazenda remonta aos anos 1950, quando o município atingia considerável índice de produção agrícola no estado do Rio de Janeiro. Em uma de suas bordas, a fazenda é limítrofe ao Núcleo Colonial de Papucaia, e a proximidade entre as duas áreas foi um dos principais fatores que geraram os conflitos que têm seus pontos mais altos nas ocupações de 1961, 1963 e 1979, nas prisões que se seguiram às ocupações e nas desapropriações de 1964 e 1981.

A Fazenda Papucaia, ou Fazenda do Colégio (CARDOSO, 2009), fazia parte das terras doadas à Companhia de Jesus no século XVI. Em 1757 foi apropriada devido ao ímpeto laicista que o Estado português assumiu. Com uma sucessão de donos, em 1840 a fazenda foi subdividida em outras cinco fazendas menores, entre elas a Fazenda Papucaia. Sua última proprietária, antes da criação do Núcleo Colonial em 1951, foi a Companhia Nacional de Navegação Costeira, pertencente a Henrique Lage⁹.

⁹ Henrique Lage, um dos filhos de Antônio Martins Lage, assume os negócios da família no ano de 1918, após o falecimento de seus irmãos mais velhos. Henrique já tinha experiência no ramo empresarial, e ao assumir a presidência da Companhia Nacional de Navegação Costeira adota a estratégia empresarial

Em 1951, com o intuito de criar um cinturão-verde para abastecer o Rio de Janeiro, Getúlio Vargas, por meio da Divisão de Terras e Colonização (DTC), desmembrou a então Fazenda Papucaia e criou o Núcleo Colonial de Papucaia. Posteriormente, em 1954, com a mudança de órgãos responsáveis pelos projetos de colonização foi o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) que passou a tomar conta destas terras. Com essa iniciativa, a região obteve altos índices de crescimento populacional ao longo da década de 1950, pois, além da produção frutícola, também apresentava a possibilidade de extrair madeira e fabricar carvão. Silva (1994, p. 40) destaca que a procura por lotes (de 10 a 15 hectares) do recém-criado núcleo foi tão intensa que em pouco tempo se chegou a mais de seis mil pedidos. Porém, existia então uma compreensão de que o imigrante estrangeiro era um agricultor mais eficiente, privilegiando assim italianos e japoneses na distribuição destes lotes. O descontentamento entre os posseiros que ali já viviam e trabalhavam foi grande, e alguns decidiram ocupar áreas do Núcleo, acusando aqueles que se apropriavam dos lotes para a exploração da mata e revenda para construções de chácaras.

De acordo com a bibliografia e com os documentos sindicais consultados¹⁰, a invasão dos proprietários da São José em uma área do Núcleo Colonial acirrou os conflitos entre camponeses, proprietários e órgãos do Estado. Embora a área da São José e a área invadida do Núcleo fossem alvos de reivindicação de posse por diversas pessoas que se diziam proprietárias, neste texto falaremos mais detidamente daqueles que eram os mais acusados pelos camponeses: os irmãos Coimbra Bueno.

Nos anos 1950 o proprietário da fazenda SJBm era Adalberto Corrêa. Com seu falecimento, em 1954, parte de sua herança foi vendida para os irmãos Coimbra Bueno. É interessante notar a relação entre estes indivíduos e o Estado: Adalberto Corrêa foi deputado pelo Rio Grande do Sul ainda no Estado Novo (1937-1945), tendo atuado pelo Partido Republicano Liberal (PRL), que apoiava o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Segundo Rosa Jr. (2009), Adalberto, muito ligado a Getúlio Vargas, teria adquirido as

baseada no trinômio carvão, ferro e navio. Sua atuação dependia do apoio do governo, a partir de incentivos fiscais e empréstimos, exigindo uma relação próxima com os governos. Apesar de alguns conflitos iniciais com o governo de Getúlio Vargas, Lage e Vargas logo assumem parcerias e relações econômicas. Em 1941, Henrique Lage faleceria por conta de problemas de saúde. O ano seguinte marcaria a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial após uma série de ataques a navios brasileiros, levando ao momento em que as empresas e bens do espólio de Henrique Lage foram incorporadas ao patrimônio nacional a partir do decreto-lei nº 4.648, de 2 de setembro de 1942 (RIBEIRO, 2007).

¹⁰ Esta documentação pode ser encontrada no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ).

terras das fazendas SJBM, Fazendinha e do Carmo, todas no Município de Cachoeiras de Macacu, por volta de 1933, ano em que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, responsável por algumas obras de revitalização da Baixada. Parte das terras também foi comprada no governo democrático de Getúlio, em 1951, compondo o Núcleo Colonial de Papucaia, após uma série de obras de saneamento que valorizaram o terreno (ver também GRZYNSZPAN, 1987).

Com a morte de Adalberto, em 1954, suas terras foram compradas pela Empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., de propriedade dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno¹¹. No ano de 1934, esses irmãos, recém-formados em engenharia, foram convidados pelo primo e interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para trabalhar na concepção e construção da capital estadual, Goiânia, ficando responsáveis pela Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de 1934 a 1938. Como forma de pagamento pelo serviço, além do dinheiro, receberam um pedaço das terras da nova capital, onde iniciaram o loteamento privado, para construção de residências operárias (MACIEL, 1996; MOTA, 2004).

Os irmãos criaram ainda uma série de campanhas clamando pela interiorização da capital federal, em especial para a cidade de Goiânia. Jerônimo realizou diversas intervenções no Senado contra a desapropriação de terras para reforma agrária, defendendo a propriedade privada. Ele foi governador do estado de Goiás, de 1947 a 1950 pela União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio e João Goulart, tendo papel ativo na articulação do golpe de 1964. Foi ainda senador da República, pelo mesmo partido e estado, de 1955 a 1963.

Concluído o trabalho em Goiânia, foram convidados pelo então interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, para elaborarem os planos urbanísticos das cidades localizadas na metade norte do estado. Projetaram também núcleos de periferia em municípios da Baixada, como técnicos auxiliares no Serviço Sanitário da Baixada Fluminense, dentre eles, Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu¹² (SILVA, 1994). Além destes dados, Jerônimo foi representante da Associação dos Pecuáristas do Brasil Central no Rio de Janeiro, colaborou na formação da Companhia Duratex Indústria e

¹¹ O nome de Abelardo Coimbra Bueno pode ser encontrado no Apêndice B “Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES” do livro de René Dreifuss (1981, p. 513). São citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda (empresa de engenharia e urbanismo), Agrobrasil S.A., British-American Tobacco e Fundação Coimbra Bueno (voltada para a mudança e interiorização da capital federal, com preferência para o estado de Goiás).

¹² Informações retiradas também do site www.urbanismobr.org, com base em uma entrevista concedida por Abelardo a pesquisadores de uma rede de estudos em urbanismo, no ano de 1998.

Comércio, organizou e dirigiu a Empresa Exportadora de Cristal de Rocha e autor dos planos e das obras de remodelação de Cuiabá (MT), Curitiba (PR) e Luisiânia (SP), Atafona (RJ), Araruama (RJ), Cabo Frio (RJ), Campos (RJ) e Petrópolis (RJ)¹³.

Foi provavelmente por meio desse conjunto de atividades que Jerônimo e Abelardo conheceram a fazenda SJBM. De acordo com Marino Monteiro de Barros¹⁴, administrador da Agrobrasil até meados dos anos 1970, em depoimento prestado em 30 de agosto de 1964, no Inquérito Policial Militar (IPM) que compôs o processo nº 7.477, sobre as “atividades subversivas” dos que participaram do movimento de ocupação da fazenda, Jerônimo comprou os imóveis de Adalberto Corrêa (SJBM, Fazendinha e do Carmo) em 1954, mas foi apenas em 1957 que teria começado a produzir cereais e a criar gado. Como apontado por Rosa Jr. (2009), no ano seguinte, 1958, iniciou-se o cumprimento das ordens de despejo contra os lavradores por parte da empresa.

O despejo está na origem dos conflitos de novembro de 1961: em março daquele ano uma atuação de Marino Monteiro de Barros e da polícia resultou em um violento despejo de 30 famílias, queima de casas e plantações, apreensão e destruição de instrumentos de trabalho. A área ocupada pelos lavradores despejados era reivindicada por diversas pessoas que dela se diziam donas. Contudo, os camponeses argumentavam que aquela terra pertencia ao Estado e que, portanto, estavam sendo griladas. A grande quantidade de diferentes pretensos proprietários acirrava o conflito dos grileiros com os camponeses e também entre si. Segundo Silva (1994), além dos irmãos Coimbra Bueno, a área era reivindicada por Antônio Vaz da Eira, Maria Maia, Otávio Antônio Volpato, Odilon Alves de Melo, Paulo Velasquez, Orlando de Oliveira Dantas e Arlindo Dantas.

A principal figura na articulação da resistência dos camponeses em 1961 foi Mariano Beser. Natural da Espanha chegou ao Brasil em 1950 com 11 anos, já influenciado pelos ideais anarquistas e comunistas, presentes na luta antifascista daquele país, da qual sua família havia participado. Em entrevista concedida a Silva (1994)¹⁵, Mariano aponta que este histórico familiar de lutas o levou a entrar no PCB ainda novo.

¹³ Informações retiradas do verbete biográfico de Jerônimo Coimbra Bueno no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV): <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-coimbra-bueno>>, última visualização em 22/03/2016.

¹⁴ A figura de Marino ficou marcada no imaginário social dos lavradores mais velhos com os quais conversamos, especialmente entre aqueles que não tiveram uma participação direta na última ocupação de São José da Boa Morte, em 1979. Marino é constantemente lembrado como o dono da fazenda (chamada, por vezes, de “a fazenda do Marino”), o que é indicativo dos usos que os irmãos Coimbra Bueno davam às terras onde pouco ou nunca compareceram, e também da presença de Marino no cotidiano dos lavradores.

¹⁵ Esta talvez seja uma das únicas entrevistas realizadas com Mariano Beser (SILVA, 1994, p. 145-164).

Em 1961 Beser viveu uma experiência com *grileiros* depois de sua formação como técnico em agricultura que o fez se envolver com os dirigentes da Falerj, conhecendo figuras importantes do movimento camponês fluminense como José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues¹⁶. Beser conta, contudo, que se indignou com a falta de ação direta do PCB e da Falerj, o que o aproximou das Ligas Camponesas¹⁷, enxergando nelas uma luta mais local e imediata, influenciada pelo *foquismo*¹⁸ da Revolução Cubana de 1959. A presença de Francisco Julião em Cachoeiras de Macacu, no ano de 1960, contribuiu para a mudança de atuação de Beser. Apesar de no estado do Rio de Janeiro a presença da Liga Camponesa ser pequena, sua atuação foi relativamente forte nos municípios de Cachoeiras de Macacu e Campos dos Goitacazes (NEVES, 2015).

Com as contínuas expulsões de lavradores na SJBm, Mariano queria promover uma ação imediata que não encontrou respaldo nos sindicatos dos rodoviários, portuários e marítimos, que apoiavam as lutas camponesas, e nem no Partido Comunista. Apresentando-se como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro e assessor da Falerj, Mariano decidiu ir ele mesmo para a fazenda e lá montar a resistência junto dos lavradores: derrubaram pontes, interceptaram passagens e se armaram, em um clima de radicalização causado pelas violentas expulsões; criaram senhas e pontos de acesso restrito; fizeram barricadas e estabeleceram locais de vigília. Os lavradores resistiram usando armas, tornando a ocupação uma alternativa às expulsões e à improdutividade da terra¹⁹: queriam fazer

¹⁶ Além de dirigentes da Falerj, Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio são personagens importantes para o movimento camponês fluminense, estando presentes na criação das primeiras associações do Rio de Janeiro. Sobre suas trajetórias e lutas ver os capítulos 1, 3 e 4 de Medeiros et al. (2015).

¹⁷ As primeiras Ligas Camponesas nasceram em 1945 como forma de associação civil e de iniciativa do PCB, procurando estabelecer uma aliança camponês-operário. São, contudo, desarticuladas com a cassação do partido em 1947. Em 1955, em Pernambuco, uma Liga Camponesa renasce a partir da mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia conseguiram ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que inicia contra o aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião passou a denunciar publicamente a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão, por meio da denúncia na imprensa, tornando público que as questões camponesas e agrárias eram, até então, tratadas como problema policial.

¹⁸ O termo *foquista* era utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista a partir de guerrilhas e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegando ao poder, tal como ocorrido em Cuba.

¹⁹ “Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ”. *Jornal A Noite*, 20/11/1961, p. 10. “Lavradores e grileiros prontos para o choque”. *Jornal A Noite*, 21/11/1961. “Polícia invadiu QG camponês em Macacu”. *Jornal Última Hora*, 29/11/1961 p. 7.

valer seus direitos e costumes. Beser não deixou claro, contudo, se já tinha alguma presença na São José antes dessa ocupação²⁰.

Um caso, contudo, repercutiu amplamente na mídia e marcou o conflito. No dia seguinte à ocupação da fazenda (realizada na madrugada), os camponeses e as lideranças do movimento de ocupação prenderam e julgaram os indivíduos ligados à grilagem da fazenda. Foram presos os pretensos proprietários Antônio Vaz da Eira, Otávio Antônio Volpato, Paulo Velasquez e Orlando de Oliveira Dantas. Foi preso também Miguel Ferreira Macedo, oficial de justiça encarregado pela Comarca de Cachoeiras de Macacu de entregar naquele dia a ordem de despejo aos lavradores. Todos foram condenados por um tribunal popular composto por moradores de São José. O crime: a grilagem das terras. A sentença: a morte por fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de SJBM. Os acusados seriam, contudo, libertados da simulação do *paredón* com a condição de não retornarem mais.

O uso do termo *paredón* ficou marcado pelos julgamentos públicos durante a Revolução Cubana de 1959, que muitas vezes optou pelo fuzilamento dos acusados. Em Cachoeiras de Macacu o termo foi amplamente usado pela mídia, e, devido à aproximação de Mariano Beser com a perspectiva *foquista* e de guerrilha rural desta Revolução, podemos supor que o próprio teria assim chamado o tribunal popular, e talvez até mesmo convocado este tribunal pensando no que ocorria em Cuba. Como relata uma notícia do jornal *A Noite*:

Francisco de Assis, lavrador de cor, bem falante, que se veste com apuro e usa chapéu gelo, foi o braço direito de Mariano Beser no planejamento do ataque. (...) É resoluto, não usa 'lurdinha', mas porta arma de longo alcance e diz que não tem medo de ninguém, afirmando que os grileiros devem ser levados ao 'paredón'. Estes foram tomados de surpresa e não puderam oferecer resistência aos bandos armados capitaneados por Beser e seus lugares-tenentes. Armados de fuzil, rifles de repetição e pistolas, fizeram os prisioneiros, que foram conduzidos para um ponto pré-determinado da mata, onde seriam julgados por um autêntico Tribunal Popular, onde Francisco de Assis fazia às vezes de juiz, Mariano Beser de promotor e os lavradores compunham o júri.

²⁰ Ele também não foi lembrado pelos participantes do conflito que ainda lá vivem, nas entrevistas que realizamos com moradores da região. Após o caso, Mariano seria duramente criticado e acusado de ter ligações com o governo norte-americano, para quem trabalharia como informante e “agitador” no campo, a fim de criar um clima de tensão que permitisse a repressão aos trabalhadores organizados. Estas acusações foram amplamente divulgadas por jornais, pela Falerj e pelo PCB. Desmoralizado, Mariano Beser não voltou a se envolver em lutas camponesas.

(...)

[O Tribunal Popular] encerrou seu veredicto condenando Macedo a abandonar a região no prazo de 15 dias, renunciando as funções de preposto do juiz local; Vaz da Eira foi obrigado a jurar que abria mão das terras em benefício dos lavradores, prometendo também que desapareceria para sempre da região; quanto a [Otávio Antônio] Volpato, que alega possuir documentos que remontam a 1703 provando que por direito de sucessão as terras que vende são de sua legítima propriedade, foi compelido a jurar solenemente que jamais voltará a pisar nas terras de Macacu. O próprio Beser, falando aos camponeses, advertindo os grileiros, afirmou: 'Desta vez a coisa foi na base da conversa. Quero, porém, deixar claro, que se qualquer um deles voltar aqui, será encostado ao 'paredón', e todos vocês, de bom grado, estou certo, terão prazer em formar no pelotão de fuzilamento' ('Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ'. *A Noite*. 20/11/1961, p. 10).

A prisão e o julgamento dos grileiros e oficial de justiça acirraram o conflito, resultando na intervenção da polícia pela libertação dos reféns e na ordem de prisão preventiva de Mariano Beser, Francisco de Assis, José Cabral e Antonio Xavier, emitida pelo juiz da Comarca, Gastão de Alencastro Rush. Mariano Beser foi preso em Niterói em 27 de novembro de 1961, após a sua tentativa de fuga²¹. A soltura dos presos contou com a ajuda de Ubirajara Muniz, então candidato a prefeito e com o apoio de diversos lavradores. Estes foram à delegacia de Cachoeiras protestar contra as prisões, o que foi interpretado pelo delegado local como uma tentativa de invasão da cidade, tal era o acirramento dos ânimos e o estado de tensão da região, sendo a mobilização dos lavradores enxergada como um perigo não apenas para os proprietários de terra, mas também para os órgãos de segurança.

Com o despejo, a maioria das famílias instalou-se nas terras do Núcleo Colonial de Papucaia. A luta por terra em Cachoeiras de Macacu continuou por conta das novas investidas que expulsavam os lavradores, agora enfraquecidos pela desarticulação de sua organização, promovida pela intervenção da polícia ainda em 1961:

Mal circulou por Cachoeiras de Macacu a notícia de que a polícia invadira o reduto dos lavradores amotinados sem

²¹ Além destes, constam também no Prontuário de nº 0043 do Departamento de Polícia Social (DPS) do Rio de Janeiro, os nomes de mais dez indivíduos ligados à ocupação. Este prontuário pode ser encontrado no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Os nomes completos estão listados em TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde et al.. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, 2015, pp. 113-114.

encontrar qualquer resistência, diversos indivíduos armados e a mando do ‘grileiro’ Marino de Monteiro de Barros, administrador da fazenda Agrobrazil, invadiram e destruíram as terras e plantações do lavrador Arlindo dos Santos. (Jornal *Última Hora*, de 29/11/1961 *apud* ROSA JR., 2009, p. 50).

Além das terras e plantações de Arlindo, outras foram destruídas. Segundo Silva (1994), os militares permaneceram na fazenda por cerca de 30 a 40 dias, protegendo-a de novas ocupações ou revoltas. A permanência da polícia e a rapidez dos mandados de prisão e despejo da Comarca de Cachoeiras de Macacu revelam um quadro de alianças entre empresários, no caso os irmãos Coimbra Bueno, e Estado, por meio do Poder Judiciário e da Polícia que pretendiam extinguir esta potência da política em encaminhar as expectativas e desejos das classes populares.

Esta aliança foi novamente acionada em 1963, quando cerca de 500 lavradores ocuparam, novamente, a fazenda SJBm. Mais uma vez o motivo alegado foi o avanço da empresa Agrobrazil sobre as terras públicas do Núcleo Colonial de Papucaia, já então sob administração da recém-criada Superintendência de Política de Reforma Agrária (Supra), órgão que substituiu o Inic na promoção de políticas agrárias.

O principal articulador desta ocupação foi a Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu. À época, a Associação era presidida por Anésio de Freitas, militante do PCB, e tinha como secretário Alcídio Salvador, integrante do Grupo dos Onze²². Esta entidade tinha estreitas relações com o PCB, tendo sido este o principal articulador para a criação das Associações no Estado do Rio de Janeiro. Como o trabalhador rural não era ainda reconhecido pelo Estado como categoria profissional, a criação de sindicatos rurais enfrentava uma série de dificuldades. Diante disso, a opção pela formação de sociedades civis de direito privado – as associações – foi amplamente utilizada.

O governo local também foi extremamente importante para a realização da ocupação e para a conformação da luta e está fortemente presente no imaginário e na memória dos lavradores. Com efeito, Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleito em 1962 e deposto em 04 de abril de 1964, ainda é lembrado pelos moradores que entrevistamos. A partir de seu Prontuário, elaborado pela polícia política do Estado do Rio de Janeiro, é possível

²² Grupos inicialmente formados por Leonel Brizola no âmbito da Campanha da Legalidade e que se expandiram por diversos municípios. Tinha como objetivo a defesa e o apoio às reformas de base e ao mandato de João Goulart.

perceber as relações de Ubirajara com Manoel Ferreira de Lima (então presidente da Falerj), Bráulio Rodrigues da Silva (então secretário da Falerj) e com os sindicatos dos operários navais, dos rodoviários e da construção civil, o que influenciou a Polícia a tomar Ubirajara como a liderança principal da ocupação, atribuindo a ele a ordem de ocupação da fazenda²³.

O Prontuário traz ainda um depoimento de Ubirajara Muniz, dado em 26 de junho de 1964, ao Serviço de Diligências Especiais, do Departamento de Polícia Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Neste depoimento Ubirajara conta ter contribuído para a libertação dos lavradores presos na ocupação de 1961, além de ter frequentado diversas vezes as ocupações de 1961 e 1963, procurando sempre promover a conciliação entre camponeses e Polícia, sempre priorizando a defesa dos lavradores.

As mobilizações do final do ano de 1963 e início de 1964 em São José contaram ainda com o apoio de outros setores, como ferroviários, estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), apoio este de conhecimento dos órgãos de segurança. O nível de articulação das organizações era tal que no dia anterior ao golpe de estado (31/03/1964), os ferroviários declararam greve e, no dia seguinte, Ubirajara Muniz organizou uma passeata no centro de Cachoeiras de Macacu a favor do governo de João Goulart e contra o golpe que se realizava.

Em 25 ou 26 de novembro de 1963, cerca de 300 lavradores ocuparam uma antiga área em litígio entre eles e os irmãos Coimbra Bueno²⁴. Muitos desses lavradores se declaravam moradores do Núcleo Colonial de Papucaia e denunciavam a superpopulação das terras da Supra, ainda mais apertadas pelos avanços da grilagem dos Coimbra Bueno. Esta percepção de desrespeito e violação dos direitos de moradia e trabalho pelos camponeses aumentava e organizava a sua motivação para a resistência e a permanência na terra. Eles viam nas grilagens e invasões da Agrobrazil as injustas causas das situações de pobreza e miséria vividas. Questionavam, portanto, a violência, a veracidade da propriedade da terra e o uso desta como pasto para o gado, trazendo em sua organização uma alternativa de uso da terra, como local de trabalho, moradia e convivência. Em novembro de 2014, quando estivemos na região realizando entrevistas, escutamos o questionamento de um lavrador de Nova Ribeira que havia visto seu pai

²³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Políticas Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 20.873

²⁴ A área ficou marcada no imaginário da região, e tanto hoje como antes era conhecida como Marubaí, Coco Duro ou 200 Alqueires, por conta de seu tamanho.

participar dos eventos de 1963/64 e novamente em 1979/80: “parece que eles [os irmãos Coimbra Bueno] eram donos de muita terra lá em Goiás, pra que ter mais terra aqui?”.

Segundo o IPM do processo nº 7.477, foram feitas trincheiras e treinamento de guerrilha dentro da São José²⁵. Além disso, ainda segundo o IPM, foram realizadas reuniões em uma escola do Núcleo Colonial de Papucaia com o objetivo de formar os lavradores para a ocupação e demais ações que a Associação e Ubirajara fossem realizar junto aos camponeses, tendo formado ainda um “Tribunal de Justiça Revolucionária”. É possível que a memória da ocupação de 1961 tenha sido reativada para a formação deste novo tribunal, cujo objetivo era a morte do administrador da fazenda, Marino, assim que ele chegasse a São José.

Apesar deste inquérito se apresentar como “um retrato fiel do clima de agitação e desordem que imperava no país à época do governo de João Goulart”, Ubirajara Muniz foi elencado como o mentor do planejamento e da realização da ocupação. O processo destacava ainda que as incitações provocadas por ele, através de comício e instigações pessoais ou através de aliados dos camponeses, teriam provocado a subversão das camadas populares. Para os órgãos de segurança, o Estado e a classe empresarial, a mobilização camponesa só poderia vir por agentes externos que os cooptassem, pois os camponeses seriam incapazes de gerir politicamente a sua indignação. Por isso os frequentes usos de termos como “obrigar”, “subverter”, “pacíficos” (referindo-se aos camponeses antes das ocupações). Desta forma, reconheciam as causas de descontentamento dos lavradores (ausência de terra para trabalho, exploração, despejo e destruição de casas e lavouras, violências), expressadas na bandeira em que podia ser lido “Luta-se pela terra livre”. Contudo, reconheciam estas causas identificando suas fontes em atores externos (comunistas, sindicalistas e trabalhistas) e as soluções a partir da modernização técnica e das relações de trabalho da agricultura, projeto que seria transformado em lei no Estatuto da Terra de 1964 (BRUNO, 1997).

²⁵ Coletado pelo Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), este IPM nos oferece um rico material para compreender a atuação dos órgãos de segurança no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, o que pode ser indicado pelas inúmeras prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos meses de abril e maio de 1964. Além disto, o IPM traz pistas sobre as atuações do movimento camponês, além de um conjunto de depoimentos que esclarecem os motivos e desdobramentos do conflito. Contudo, dada a dificuldade e às vezes ineficácia dos órgãos de segurança de então para coletar informações, devemos questioná-las e dialogar com outras fontes, buscando compreender o processo em questão. Por fim, o IPM também oferece a perspectiva ideológica do período, trazendo o uso de termos como “subversivos”, “luta de classes” e a defesa da propriedade privada dos latifundiários.

Conforme Eliane O'Dwyer (1988, p. 214), “o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões de terra continuava ocorrendo *pari passu* com as lutas caracterizadas como radicais” (ênfase no original). A autora observa que a partir do I Congresso Nacional Camponês de 1961, que aconteceu em Belo Horizonte com presença das associações de lavradores do Rio de Janeiro e da Falerj, o tom das organizações camponesas se aproximou da radicalização da luta e da ampla reivindicação por leis que viabilizassem a reforma agrária, sem perder de vista a luta por desapropriação por vias legais. A radicalização e a opção pelas ocupações de terra eram fruto das próprias condições de luta, acirradas cada vez mais pelos avanços da grilagem e pelo aumento do número de violências e despejos. A identidade camponesa assumida pelos trabalhadores rurais ao longo dos conflitos com grileiros nos anos 1950 e 1960 contestava a atuação destes, propondo formas de resistência, organização, mobilização e luta, criando uma identidade comum, com práticas e vocabulários (*ocupação, reforma agrária, camponês, grileiro*) também comuns. O rompimento dos camponeses com os proprietários constituiu e levou à criação de uma identidade que resultaria em entidades representativas próprias e novas práticas.

Duas declarações de jornal sobre a ocupação de São José podem ser indicativas das novas estratégias para se atingir a reforma agrária pelos camponeses. Para o jornal *Novos Rumos*, Alcídio Salvador declara que “o sentido da nossa luta não é libertar somente S. José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil”²⁶. No Jornal *Última Hora* de Curitiba (PR), um dos ocupantes, chamado apenas de Pau-de-Arara, diz ao pisar com os pés na terra: “aqui devem estar sepultados lavradores que não se entregaram aos grileiros, pelo que foram assassinados pelos capangas. Há quatro anos, 60 famílias tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiros. Muitas delas desapareceram. Nós agora vingaremos todos os humildes e perseguidos”. Ainda nesta reportagem se apresenta a participação ativa das mulheres na ocupação, em especial Elília Cobb Ferreira, que seria indiciada pelo IPM realizado no Processo 7.477/69, por crime contra a Segurança Nacional. Elília estaria na ocupação por conta de sua vivência com despejos, tendo sido o último a mando de Marino Monteiro de Barros, estando “disposta a lutar enquanto tiver vida”²⁷. A insubmissão e a teimosia presentes na

²⁶ “Camponeses da Boa Morte lutam pela posse da Terra”. Jornal *Novos Rumos*, ano V, nº 251, de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 2.

²⁷ “Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião dos camponeses”. Jornal *Última Hora*, Curitiba, 12/12/1963, p. 3. Esta reportagem também se encontra na edição fluminense do Jornal *Última Hora* de 12/12/1963, com o mesmo título.

resistência camponesa envolvem não apenas as demandas presentes, mas também a memória e a redenção daqueles que foram desaparecidos pelo avanço e progresso das classes patronais sobre a história (BENJAMIN *apud* LOWY, 2005).

A família Coimbra Bueno, diante da ocupação de sua fazenda, recorreu à justiça de Cachoeiras de Macacu, tendo o juiz da Comarca, José Rodrigues Lema, decidido por conceder a reintegração de posse para a Agrobrasil, dando aos lavradores o dia 13/12/1963 como prazo para deixarem o local. Em uma reportagem de 17 de dezembro de 1963, poucos dias após o prazo de despejo dos lavradores, uma reportagem do jornal *O Fluminense* informava que dirigentes das associações patronais rurais de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Magé e Itaboraí se reuniram neste último município a fim de organizar a resistência contra o que chamavam de “agitadores comunistas”, homens e mulheres que haviam criado a “indústria das invasões de glebas” no estado do Rio de Janeiro. A reunião foi presidida pelo ex-senador Alfredo Neves (foi Senador pelo Partido Social Democrático – PSD – de 1946 a 1955), e estiveram presentes o Secretário de Interior e Justiça e ex-deputado Saramago Pinheiro²⁸ (UDN) e o sr. Coimbra Bueno. A reportagem não especifica qual dos dois irmãos, mas é bem provável que estivesse presente Jerônimo Coimbra Bueno, então Senador pela UDN²⁹. Para os ruralistas a reforma agrária se fazia necessária, contudo, de modo a aumentar a produtividade para o mercado interno, elevando também o poder aquisitivo da população. Propuseram a criação de escolas e postos de saúde em parceria com o governo, além de medidas para melhorar a produção, como forma de diminuir os conflitos existentes. No final da sessão, Coimbra Bueno lê um relatório da União Soviética, onde dizia que naquela nação a propriedade privada no cultivo da terra estava se elevando, deslegitimando a estatização e desapropriação das terras realizada no Brasil, além de se referir à presença do ideário comunista nas ocupações e no governo de João Goulart.

Com a promessa do dirigente máximo da Supra, João Pinheiro Neto, de que o problema seria solucionado com a desapropriação da terra pelo presidente João Goulart, os lavradores deixaram a área sem resistência. Contudo, os lavradores e Ubirajara distribuíram convites, alugaram ônibus e mobilizaram cerca de 300 famílias para se dirigirem até a cidade do Rio de Janeiro que se tornara o Estado da Guanabara após a

²⁸ Saramago Pinheiro também esteve envolvido no conflito da Fazenda do Largo, em 1960, tendo contribuído no despejo de lavradores e no desmatamento ilegal daquelas terras (NEVES, 2015).

²⁹ “Ruralistas preparam Frente-única contra a invasão de terras”. Jornal *O Fluminense*, 17/12/1963, p. 3.

mudança da capital federal para Brasília e lá montarem um acampamento em frente ao Palácio das Laranjeiras, sede do governo³⁰. O objetivo do ato era criar um fato político e repercutir publicamente, de modo a pressionar para que a desapropriação fosse efetivada o mais rápido possível.

Em 13/01/1964 a fazenda foi desapropriada pelo governo de João Goulart por meio do Decreto nº 53.404, fruto da ação da Supra. A justificativa utilizada pelo governo Goulart para a desapropriação foi o conflito que envolvia mais de 500 famílias e a iminência de seu agravamento³¹. Com a desapropriação, os lavradores despejados retornaram às terras da fazenda e começam a se instalar, mantendo-se mobilizados por conta da demora na entrega dos lotes definitivos. Eles não ficariam, contudo, nem dois meses em suas novas terras. Com o golpe, o processo de desapropriação não continuou, reafirmando o pacto existente entre o empresariado e o “novo Estado” (DREIFUSS, 1981) consolidado.

4. Golpe e repressão

Nos dias imediatamente subsequentes ao golpe, o Exército entrou na área onde estavam os posseiros a fim de expulsá-los e prender as lideranças. Para evitar que isso acontecesse, muitos lavradores deixaram a terra, retornando para a casa de parentes ou buscando novas terras para trabalhar.

Em notícia do jornal *Diário Carioca*, há a informação de que desde o dia 1º de abril daquele ano, portanto desde a deflagração do golpe, o Exército ocupava a fazenda, “procurando ex-líderes sindicais e camponeses”:

Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do estado e voluntários, vasculham, diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anézio Dias de Freitas, Antônio Jorge Xavier e Alcídio Salvador, além de outros políticos considerados comunistas (“Exército interdita terras em Cachoeiras”. *Diário Carioca*, 14/04/1964, p. 9).

Proteger a propriedade privada dos grandes proprietários, ignorando, neste caso de São José, o decreto presidencial assinado por João Goulart foi plenamente assumida pelos órgãos de segurança. Cerca de 29 pessoas, envolvendo agricultores, ferroviários, políticos, lideranças e apoiadores foram enquadrados no artigo 2º, § IV da Lei de

³⁰ “Lavradores vieram pedir terras a J[oa]o G[oulart]”. *Jornal Correio da Manhã*, 21/12/1963, p. 1.

³¹ Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, *Diário Oficial da União* – Seção 1 - 14/01/1964, p. 345.

Segurança Nacional: “subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo” (Lei nº 1.802, de 05/01/1953).

Na introdução ao relatório do IPM analisado, o delegado adjunto do DPS de Cachoeiras de Macacu, Aloysio de Araújo Seabra, em 24/08/1964, escreveu:

O crime por eles [os 29 indiciados no IPM] praticado foi eminentemente político. Além da subversão da ordem política e social por meios violentos, com o fim de estabelecer a ditadura de classe social, definida no artigo 2º, inciso IV, da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, praticaram o saque e a desordem, de modo a causar danos materiais e suscitar o terror, com o fim iniludível de atentar contra a segurança do Estado – artigo 4º, inciso II. (...) É evidente que indivíduos que opõem a resistência armada contra os poderes do Estado – artigo 3º –, estão praticando insurreição armada contra esses mesmos poderes. A incitação das classes sociais à luta pela violência e os atentados contra a pessoa ou bens, por eles praticados, por motivos políticos e sociais, estão definidos nos artigos 12 e 15. Para isso possuíam – porque se apoderaram delas – armas utilizáveis como instrumento de destruição, em quantidade indicativa de intenção criminosa – artigo 16º.

A mudança dos princípios constitucionais de respeito e proteção à propriedade privada vigentes no País, outra coisa não será senão um atentado à Constituição – artigo 5º (BNM 17, Processo 7477, p. 433-434).

Do total de 56 pessoas oriundas de Cachoeiras de Macacu, ao menos 11 eram lavradores e no mínimo 30 exerceram algum tipo de liderança ou apoio à ocupação de 1963. Do total deste grupo, dez ficaram presos no Estádio Caio Martins³². Estas prisões indicam a amplitude da repercussão desta ocupação e da sua importância política enquanto ameaça ao princípio da propriedade privada no município de Cachoeiras de Macacu e em todo o país, na medida em que a ocupação repercutiu em outros locais.

Para Medeiros (2014), o imediato pós-golpe foi de repressão aos trabalhadores do campo e suas organizações, iniciando uma nova experiência política de medo e violência. “Onde havia mobilização, a resposta era mais repressão, fosse ela oficial, pelo Dops, fosse pela tolerância à ação violenta dos proprietários de terra, por meio de seus

³² A lista dos presos e dos indiciados no IPM pode ser vista em Fabrício Teló e Ricardo Braga. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988), pp. 124-127. As informações foram retiradas de Luiz Silva (1994), do Processo nº 7.477 (IPM), e do Relatório Parcial da Comissão da Verdade de Niterói, disponível em <http://www.verdadeemniteroi.org/> (acesso em 18/12/2014).

jagunços” (MEDEIROS, 2014, p. 202). Contudo, não diminuiu o número de conflitos que, em muitos casos, eram resistências dos trabalhadores não ao golpe, mas à ação dos proprietários e grileiros. Esta resistência se intensifica com o crescimento da expropriação e da exploração, impulsionadas por projetos de modernização do campo e também pela expansão da colonização e atividade de empresas no campo brasileiro, atividades sob o pretexto de levar o desenvolvimento às áreas rurais com uma concepção diferente do uso da terra.

Em entrevista a Joaquim Soriano³³ em 27/04/1982, Raimundo Leoni dos Santos, à época presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itaboraí, contou que, tendo vivido no início dos anos 1960 em São José da Boa Morte, acompanhando a ocupação de 1963 e a desapropriação de 1964, foi também expulso da sua terra pelo Exército e perdeu uma extensa plantação de mandioca. Refletindo sobre o período e perguntado sobre a história da São José e do golpe, Raimundo diz:

Como você sabe, existe no Brasil todo muita terra grilada. O fazendeiro se diz dono, mas você vai ver na escritura e ele é dono mesmo, mas de um décimo, um quinto da área que ocupa. Em São José da Boa Morte o processo foi esse, quer dizer, suspeitava-se que uma vasta região não fosse dos pretensos donos. Os próprios arrendatários, meeiros na época, informados disso começaram a resistir (...). E com a orientação dos movimentos sindicais, das associações da época, que ajudaram os trabalhadores a deixarem de dar as importâncias que davam [o pagamento pela renda da terra], aquilo naturalmente foi desembocando numa luta maior a ponto de começarem a ter pessoas interessadas e com disposição para entrarem nas terras e ocuparem as terras. Mas, como você deve estar sabendo, em [19]64 esse processo foi abortado. (...) Com esse aborto, a coisa ficou meio parada, e os pretensos proprietários começaram a manobrar nos bastidores dos órgãos do governo pra retomar a área, pra reconquistar a terra. (...) Em [19]67, a pretexto que a desapropriação havia caducado, o Ibra³⁴ devolveu as terras aos pretensos proprietários. Mas o problema não era só devolver a terra aos proprietários, porque de [19]64 a [19]67 o governo fazia o quê? Pra preparar o terreno para devolução eles começaram a tirar o pessoal da área e desapropriaram uma outra área, do Vecchi e da Quizanga (...) para assentar esses posseiros.

³³ Esta entrevista pode ser consultada no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

³⁴ Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), órgão que substituiu a Supra na regulamentação da reforma agrária, baseando-se no Estatuto da Terra de 1964.

Em 05/06/1967, o presidente Costa e Silva, a pedido do Ibra, assinou o Decreto nº 60.807 que revogava a desapropriação de cerca de 850 alqueires, devolvendo-os aos irmãos Coimbra Bueno e resultando no despejo dos lavradores das terras que haviam passado a ocupar (uma grande parte deles, no entanto, já havia abandonado a fazenda ainda nos dias subsequentes ao golpe, ou mesmo sido expulsa das terras). Em ofício enviado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) assim relata esse processo:

A partir de 1967, ao tempo em que deslocavam famílias da área desapropriada para outras glebas, o Ibra começava a devolver sucessivamente as glebas desapropriadas. Em 1974, foi devolvida à Agro-Brasil a última gleba desapropriada³⁵. A justificativa era a mesma: a área estava desocupada, inexistia tensão social, alegando-se mesmo que esta jamais ocorrera. Ressalte-se que todas as devoluções pautaram-se tão somente em expedientes administrativos, sem o imprescindível suporte legal, ou seja, o Decreto do Presidente da República (Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980 (MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Contudo, segundo levantamento de João de Jesus Pereira³⁶ ainda na década de 1970, havia mais de 800 famílias sem terra em Cachoeiras de Macacu. Este novo levantamento do sindicato também gerou novas práticas dos proprietários:

Então, quando a gente começou a fazer petição ao Incra para que essa terra fosse assentada por essas famílias, aí também começou a aparecer os grileiros dizendo ser dono das fazendas e querer fazer movimento dentro da fazenda. Pegaram até um

³⁵ Esta última gleba é a referida na alínea *c* do Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, uma área de 940 alqueires. As alíneas *a* e *b* já haviam sido desapropriadas em 1967, como relatado. Ao final de 1974, com dez anos de golpe, foram devolvidos, portanto, 1.790 alqueires de terra à empresa Agrobrasil dos irmãos Coimbra Bueno.

³⁶ Antigo morador de Marubá e presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, João de Jesus Pereira chegou ao sindicato em 1970, durante a presidência de Mateus Nunes da Silva. Trabalhando como fiscal, sua função era fazer um levantamento das condições de trabalho e das demarcações de terra. Em 1972 assumiu a presidência do sindicato, devido à intervenção do Delegado do Trabalho. Infelizmente ainda não colhemos dados suficientes para compreender como se deu esta intervenção, e nem para saber se foi de fundo político ou de irregularidade na administração. Contudo, é com a presidência do sindicato que João de Jesus passa a tomar conhecimento dos problemas e conflitos dos trabalhadores do município, e eles existiam em São José da Boa Morte, Boca do Mato, Areia Branca e Estrada do Carmo.

encarregado com o nome de João Alves, que o apelido era João Goiano, e colocaram na porteira da fazenda, numa casa, e que ali começou a fazer contrato de parceria com os trabalhadores pra desviar a desapropriação da fazenda (João de Jesus Pereira, entrevista a Leonilde Medeiros, 28/01/1983).

Comentando sobre a ocupação de 1963, a desapropriação e a atuação do Ibra na Fazenda São José, um lavrador aposentado nos relatou a experiência e a expectativa de esperar pela desapropriação³⁷:

[Em 1963] nós fomos invadir uma fazenda. (...) A fazenda do tal de Marino, lembra que no início eu falei, tinha uma cerca... dessa cerca para lá ninguém passava, não. Porque eles faziam uma ronda com as mulas e com um rifle desse tamanho nas costas, né, então ninguém passava para lá... Ficamos esperando. Passou um ano, passou dois, passou três, passou dez anos (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Como dito pelos moradores e lideranças de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, a desapropriação serviu para valorizar as terras desapropriadas, que após dez anos de ditadura empresarial-militar teve parte de seu terreno devolvido à Agrobrazil. Já em 1982, ou seja, 18 anos depois do golpe, Raimundo Leoni dos Santos referiu-se a dois movimentos distintos por parte do governo: além das expulsões,

(...) eles faziam outra coisa, e isso não ficou muito claro na época, mas que hoje não deixa nenhuma dúvida, que foi um trabalho de desarticular todo o processo de luta que os trabalhadores concentraram em São José da Boa Morte. Então, eram dois esquemas: um estava bem claro, que era tirar o pessoal da região, e o outro que estava por trás das cortinas, e que pra gente não dava pra perceber na época, que no fundo era pegar o pessoal que estava mais ou menos articulado (...) e colocar um no Vecchi, outro na Quizanga, outro em Papucaia (Raimundo Leoni dos Santos, entrevista a Joaquim Soriano, 27/04/1982).

³⁷ Uma área, contudo, foi desapropriada e usada para assentamento: a região de Marubaí, área em litígio desde os anos 1950 e, segundo os trabalhadores rurais, região pertencente ao Núcleo Colonial de Papucaia que estava sendo grilada pela empresa Agrobrazil. Foi criado um Condomínio Agropecuário sob uma lógica cooperativista. Contudo, os relatos são de arbitrariedade e exploração por parte do Ibra e depois Incra. Não poderemos analisar este caso aqui, mas ele está indicado em TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, pp. 130-131.

Para a classe trabalhadora, o período mais feroz da repressão foi justamente aquele imediatamente subsequente ao golpe, com o objetivo de desarticular as organizações atuantes até então. Clifford Welch resume os anos que se seguiriam ao golpe de 1964:

O regime militar brasileiro (1964-1985) incorporou o modelo do autoritarismo burocrático do capitalismo [o que] agravou a luta de classes [no campo] e gerou bastante confusão, na melhor das hipóteses, e barbárie, na pior delas. Milhões são os filhos e filhas da pátria cujas raízes foram cortadas pela “modernização conservadora” do regime militar. O êxodo rural inundou as cidades à medida que os preços das *commodities* despencavam. O desemprego aumentou, máquinas substituíram trabalhadores nas velhas fazendas e as novas propriedades despejaram os camponeses conforme se expandiam as fronteiras agrícolas. (...) A resistência à mudança redundou em confronto perante a violência do Estado e do setor privado (WELCH, 2009, pp. 141-142; grifo nosso).

Estes anos de resistência à mudança, ou como estamos caracterizando aqui, de resistência teimosa, precisam ser resgatados de modo a recuperar as experiências dos momentos de desmobilização que, pelo fato de perdurarem, são indicativos de experiências de classe (PALMEIRA, 2009). A desmobilização, contudo, não foi total. Apesar dos investimentos da contrarrevolução para extinguir o poder da política enquanto dimensão de mudança e encaminhamento das expectativas, a resistência se manteve de forma molecular, com reivindicações locais e lutas que davam prioridade aos mecanismos legais.

5. A ocupação mais uma vez: novos e velhos militantes (1979-1981)

5.1 A variável constante: despejo.

Paradoxalmente, a área em que o Incra afirmara inexistir problemas ou conflitos sociais passa a ser objeto de acirrada disputa judicial, com vários pretensos proprietários reivindicando seus domínios, provocando aflição e insegurança às dezesseis famílias que ocupam o imóvel (Ofício nº AJ/2609/79 da Contag ao Ministério da Agricultura em 29/10/1979, MSPP/Sr SC.frx.cbl – Pasta II).

Eu nunca fui contemplado pelo Incra, eu fui expulso pelo Incra (Lavrador da gleba Vecchi, em roda de conversa com antigos

moradores e lavradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga)³⁸.

Em 08/08/1979, o STR de Cachoeiras de Macacu enviou um relatório à Fetag/RJ informando sobre o surgimento de um novo conflito na Fazenda São José da Boa Morte e solicitando providências. Neste documento, o STR enfatizou seu esforço no sentido de evitar, por duas vezes, o despejo das 16 famílias que ocupavam áreas de terra no local e trouxe um elemento a mais na descrição do conflito:

A preocupação dos trabalhadores deve ser analisada na medida que os fatos evoluem, não só em relação ao despejo em si – preocupação maior –, mas na medida que a área em que estão localizadas está sendo disputada por senhores ‘proprietários de terra’, onde de um lado os Srs. Edson José de Lemos e Dalton dos Santos Teixeira e do outro a Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., contendem com seus diversos ‘títulos’ e argumentos sobre a propriedade da área ocupada. (...) Há, ainda, que se destacar o fato dos contendores serem partes em outros processos ajuizados na Comarca [de Cachoeiras de Macacu], especialmente, a Agrobrasil Empreendimentos S.A., versando sobre titularidade de terras e sendo, por coincidência, a área em questão encravada entre o Projeto de Colonização do Condomínio Marubaí e o Núcleo de Colonização de Nova Ribeira, áreas de Projeto de Colonização e Reforma Agrária do Incra, se afina com os objetivos de se posicionar esse órgão, como se posicionou em questões anteriores e em áreas diversas em todo país, a fim de que os fatos apurados e medidas cabíveis tomadas, seja possível o assentamento dessas famílias de posseiros, cujo objetivo maior é dar função social à terra, em consonância com o que dispõem a Constituição do Brasil e o Estatuto da Terra (Ofício nº 28/79 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 08/08/1979, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

De fato, desde 1978 estava em curso uma ação demarcatória contra a Agrobrasil, que vinha, novamente, tentando ocupar o terreno de moradores que lá residiam. Estas 16

³⁸ No dia 12/10/2014, em uma atividade organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo, Leonilde Medeiros e Ricardo Braga foram convidados para participar de uma roda de conversa com os moradores mais antigos das regiões que estão sendo hoje ameaçados de despejo pelo projeto de construção da barragem do rio Guapiaçu. Em um contexto de mobilização local, os moradores de Vecchi, Serra Queimada e Quizanga trouxeram lembranças das vindas do Exército e do Estado na região, em que muitos moram há décadas, e poucos receberam documento de posse da terra.

famílias foram as únicas que conseguiram residir na fazenda após as expulsões e devoluções de terra para os irmãos Coimbra Bueno.

A retomada das expulsões de lavradores a mando da Agrobrasil reativou o conflito em SJBM. Em 1979, um grupo de 120 famílias ocupou novamente a fazenda, gerando novos conflitos entre lavradores e a família Coimbra Bueno³⁹. Uma das primeiras violências sofridas por esses posseiros ocorreu no dia 03 de janeiro de 1980, quando 25 policiais prenderam 11 pessoas, que foram levadas até o asfalto e ameaçadas de morte caso voltassem às terras de onde haviam sido retiradas⁴⁰.

Posteriormente, no dia 30 daquele mesmo mês, a polícia foi acionada e prendeu 88 lavradores, além do padre Joaquim Maria Van Leewen, pároco de Japuíba, localidade próxima à área ocupada⁴¹. O religioso era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal articuladora da ocupação. Este grupo nasce da oposição e resistência ao regime militar por alguns setores ligados à Igreja Católica, setores estes que já vinham marcados por trajetórias eclesiais e leigas de aproximação do cristianismo e do marxismo a partir da Teologia da Libertação, buscando na opção pela esquerda novas formas de luta e de libertação, sendo importante para isto a presença dos leigos em organizações dos anos de 1960 (Ação católica, Juventude Universitária Cristã, etc.). O compromisso com a luta dos pobres é o elemento central deste movimento, compreendendo a autonomia da ação e da cultura destes (LÖWY, 2007), tendo na CPT uma importante atuação na resolução e em tornar públicos os conflitos no campo em todo o Brasil até nossas datas recentes, absorvendo e articulando os interesses e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Para Scott Mainwaring (1989, p. 201):

A CPT oferece serviços legais, denuncia injustiças, encoraja a criação de sindicatos rurais, estimula a renovação pastoral e oferece cursos sobre a fé e a política. (...) Pelo final da década de 70 e no início dos anos 80, enquanto avançava a abertura política nos centros urbanos, a CPT tornava-se a instituição da Igreja mais envolvida em conflitos com o Estado.

³⁹ Essa ocupação, segundo Afrânio Garcia Jr, na época assessor da Fetag/RJ, foi inicialmente pensada na volta dos representantes do Rio de Janeiro do III Congresso da Contag, ocorrido em maio de 1979. No entanto, o STR local não apoiou a ocupação, a não ser após a mobilização local e estadual que ela gerou, encabeçada pela CPT, Fetag e Contag.

⁴⁰ “PM prende padre e posseiros no RJ”. *Jornal do Brasil*, 31/01/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

⁴¹ Uma lista incompleta dos presos de 1980, com 80 nomes, pode ser encontrada em TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, pp. 164-167.

Não à toa estes anos refletem a intensificação da violência e do conflito nas áreas rurais do Brasil.

Na ocasião, segundo a lembrança de um lavrador de 80 anos, morador de Nova Ribeira, Padre Joaquim foi à fazenda para dar apoio aos lavradores e foi preso com eles. Foi uma das principais lideranças da região, auxiliando na organização dos lavradores a partir do trabalho político promovido pela CPT, sendo ainda lembrado pela população local. De acordo com a polícia, e confirmado em entrevista realizada com Leonilde Medeiros, Ricardo Braga e Fabrício Teló em 09 de julho de 2015, o motivo para a sua prisão foi o fato de ele não portar comprovante de que era realmente padre. Das 10 horas da manhã até a meia-noite ficaram todos incomunicáveis. Familiares, parentes, amigos e demais trabalhadores de Cachoeiras de Macacu, num total de mais de 500 pessoas, foram para frente da delegacia de polícia exigindo a libertação de seus companheiros, como lembram estes antigos moradores de Nova Ribeira e SJBM:

Nós chegamos lá [na delegacia], fechamos aquela porcaria toda. Aí ligaram, veio polícia de tudo quanto era lado. Polícia entrava de qualquer jeito, nós nos enfiávamos no meio. Não deu quebra-quebra não, mas eles ficaram doidos com a gente. Foi muita gente pra soltar, já tinha 95 presos [o número correto foi 89], se cada um da família fosse... foi até uma festa, pra mim foi uma festa (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

[E aí] Vinham os corajosos. Mas corajosos entre aspas, né? Vinha com medo, mas vinha. Ele queria um pedacinho de terra para ele. Porque a desapropriação era muito difícil, na época dos militares. Na época que os militares comandaram o nosso Brasil, era muito difícil surgir uma desapropriação. Eles estavam no poder. Eles não iam abrir (...). A gente sabia que, um dia, os fazendeiros iam arrumar um jeito para pegar a gente. E aí, veio o surgimento da nossa prisão (Aposentado e ex-tesoureiro do STR de Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida em 09/11/2014, São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Dentre os presos, segundo reportagem do jornal *O Fluminense* de 01/02/1980, um grupo de nove trabalhadores, considerados os líderes da ocupação, foi escolhido pelo juiz Wellington Paiva para responder por invasão de terras e desmatamento. Eram eles: Johaanes Joachim Maria Van Leewen (padre Joaquim), Izaías Angelo Biazatti, Braulio Francisco Cordeiro, Ayrton Ferreira de Lima, Luiz Correia de Paula, Reinaldo Baiense, Jailton Rodrigues Viana, Iberaldo Jorge Antônio e João Corrêa de Paula, sendo

este último uma importante liderança em Cachoeiras de Macacu e Itaboraí que participou das ocupações de 1961 e 1963, tendo sido preso com a deflagração do golpe. Além de terem sido presos, os lavradores tiveram também suas ferramentas retidas, não tendo sido devolvidas, mesmo após a soltura⁴².

No Informativo nº 06/80 de 02/01/1980⁴³, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Rio de Janeiro relatou que em Quizanga costumavam acontecer reuniões semanais com a presença dos lavradores, dos padres Joaquim e Agostinho Von der Brock – padre holandês que também atuava em Cachoeiras de Macacu – e do presidente do STR, João de Jesus. Em uma dessas reuniões, ainda segundo o informativo, compareceram como convidados Ubirajara Muniz (que ainda concorreu às eleições para a Prefeitura do município em 1981, quando foi derrotado, e novamente em 1989, sendo eleito pelo PDT), José Custódio de Souza e Alcídio Salvador, personagens importantes na ocupação de 1963. Apesar das informações serem incipientes, é possível ver que esta articulação com antigas lideranças do movimento camponês local serviu para intensificar o movimento dos anos 1980, reconstruindo a memória da luta pela terra ao relembrar o passado para mobilizar o presente. Da mesma forma, se a data do Informativo é de 02 de janeiro de 1980, a primeira prisão aconteceu no dia seguinte, de modo a desestimular e desarticular a organização que os lavradores vinham preparando.

Em reportagem do jornal *Folha de São Paulo*, é relatado que a prisão dos lavradores ocorreu sem mandado judicial e, segundo os lavradores, o juiz Wellington Jones Paiva estava ameaçando intervir, ilegalmente, no STR, caso os posseiros não abandonassem imediatamente a área⁴⁴. Na ocasião da detenção, houve a

tentativa de impedir que os advogados do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais se avistassem com os trabalhadores detidos e jagunços ligados aos grileiros sentindo-se respaldados pela coação diante da Delegacia Policial, ameaçaram espancar dirigentes sindicais e advogados (Nota de apoio e solidariedade aos lavradores de Cachoeiras de Macacu assinada pela Fetag/RJ e seus sindicatos filiados e pelos sindicatos da Unidade Sindical, s/d. MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

⁴² “Posseiros nada resolvem no Incra”. Jornal *O Fluminense*, 01/02/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II; “Posseiros e padre vão ao Rio protestar contra prisão”. Jornal *Folha de São Paulo*, 01/02/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

⁴³ Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 255-253.

⁴⁴ “Polícia prende padre e oitenta posseiros”. Jornal *Folha de São Paulo*, 31/01/1980.

Apesar da repressão aos sindicatos, CPT e outras organizações, os camponeses de SJBM continuavam a resistir teimosamente, num quadro em que "a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada" (PALMEIRA, 2009, p. 194). O simples questionamento da autoridade e/ou do poder do proprietário invocava outras formas de legitimação das relações sociais, questionando também a dominação tradicional: “nessas condições, qualquer conflito é quase por definição um caso político (...), passível, portanto, do tratamento que se costuma dar a casos políticos em regimes autoritários, isto é, aquele do caso de polícia” (*idem*, p. 197).

As lutas entre posseiros e proprietários dos anos 1960 e 1970, abafadas pelo regime empresarial-militar, guardam continuidades com as lutas dos anos anteriores ao golpe. Para Palmeira (*idem*, p. 198), “o mais correto seria, talvez (...) falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo, a produção cotidiana”.

Em outro trabalho, este autor diz:

Se, ao nível de suas organizações, os trabalhadores conseguiram assegurar uma continuidade, difícil, mas eficaz, entre a mobilização pré-64 e o trabalho de resistência e reorganização que iria permitir a retomada da luta de massas no campo nos últimos anos, nas suas práticas do dia-a-dia, os trabalhadores tiveram que pagar o preço dessa continuidade que, se não era enxergada com nitidez a partir dos centros de poder, o era perfeitamente pelos grandes proprietários.

(...)

Nas áreas em que a mobilização sindical foi mais profunda, no período em que antecedeu a instalação do regime autoritário, houve uma espécie de internalização da luta de classes após 1964. Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no próprio processo produtivo, como nas disputas permanentes entre trabalhadores e patrões na delimitação das tarefas diárias na área canavieira de Pernambuco, ou impedindo a destruição de lavouras, como nos incontáveis casos de disputa pela posse da terra por todo o país (PALMEIRA, 1985, pp. 48-49).

Palmeira compreende a *internalização da luta de classes* como uma mudança das relações de força entre o campesinato e o Estado/patrão a partir da diferenciação política em um processo de surgimento de uma nova mediação (STR, Igreja, partidos, cooperativas). Surgem, portanto, instituições que absorvem e expressam os interesses

destes trabalhadores insubmissos (BRITO, 2014), sendo este um processo de diferenciação social em que as instituições assumem a própria luta local, marcada pelos conflitos não resolvidos, pelas lembranças de exploração e repressão, pelos desejos de ter a “terra livre”. Se as lutas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 irão ressurgir e assumir novas identidades, elas não perdem o seu significado comum: a reforma agrária como condição e resultado da democracia ao romper com um sistema de dominação, assumindo um caráter imediatamente político (PALMEIRA, 1985, p. 50).

5.2. Desapropriação.

No início de abril de 1980, dois meses após a prisão dos trabalhadores, “um grupo de pistoleiros a serviço dos grileiros dispararam tiros na posse de uma das 16 famílias que permaneciam na área, diante da esposa grávida de um dos lavradores”⁴⁵. Tal situação provocou a mobilização de diversos setores e movimentos sociais. Os camponeses passaram a ter, então, o apoio do STR local e de outros (como Itaboraí e Magé), da Fetag/RJ, da Contag, da CPT local, além do apoio de setores urbanos, vereadores e deputados simpatizantes da causa. Depois da realização de diversos atos públicos, celebrações religiosas e manifestações na sede do Incra, a fazenda finalmente foi desapropriada pelo presidente João Batista Figueiredo por meio do Decreto nº 85.661, de 22/01/1981⁴⁶.

A Fazenda São José da Boa Morte foi novamente desapropriada com o projeto de instalar 500 famílias, porém apenas 103 haviam sido assentadas até 1983⁴⁷. A reivindicação do assentamento imediato no restante dos lotes era a principal queixa dos lavradores. Ainda em uma última manobra contábil, os irmãos Coimbra Bueno, segundo o discurso do então presidente da Contag, José Francisco da Silva, entraram com um pedido de alteração cadastral no Incra, oito meses após o decreto desapropriatório,

⁴⁵ Relatório de atividades da Fetag/RJ no ano de 1980, p. 3. MSPP/Sr SC.frj.r – Pasta I.

⁴⁶ Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 1980. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II. É preciso lembrar que este é um momento de distensão política do regime autoritário, sendo também momento de novas ocupações de terra no Rio de Janeiro e em todo o Brasil. Assim como aconteceu com Cachoeiras de Macacu, outros diversos conflitos por terra foram resolvidos pela desapropriação ao longo de todo o país.

⁴⁷ Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II.

excluindo duas áreas que juntas compunham 40% da fazenda desapropriada, sob a alegação de serem empresas rurais, e não latifúndios (SNI, 1981)⁴⁸.

Apesar da desapropriação ter sido considerada uma vitória para os lavradores, o *modus operandi* dos organismos de Estado se manteve. O Incra continuou a agir de forma impositiva, sem se comprometer a dialogar com os lavradores e suas entidades de representação. A mobilização dos lavradores, contudo, levou os colonos do assentamento originário da desapropriação da fazenda a se organizar, fundando a Associação dos Produtores de São José da Boa Morte, em 1985, a fim de buscar melhorias nas condições de produção para aumentar a colheita de alimentos, que já eram, em 1987, cultivados por mais de 300 famílias. De forma resumida, a organização de “São José da Boa Morte, na opinião da agrônoma do Incra e coordenadora do projeto [da Associação dos Produtores de São José da Boa Morte], Silvia Quito, já virou um tabu. – Só de ouvir falar neste nome, as autoridades se assustam – disse”⁴⁹.

6. Considerações finais

Para o filósofo Paulo Arantes (2010), a ditadura foi vitoriosa em seus objetivos e, neste ponto, ainda não terminou, mas continua a acontecer, estendendo sem fim o ano de 1964 e a criminalização da organização política das classes populares. Se os trabalhadores do campo conseguiram, após três ocupações e inúmeras resistências a incontáveis violências sofridas, a efetiva desapropriação da terra, isto não resultou na diminuição dos conflitos com o Estado. Para além dos confrontos mais perceptíveis (as ocupações) foram várias as derrotas sofridas, sendo a mais carregada de significado a suspensão da desapropriação, processo concluído dez anos após a ditadura.

No meio rural brasileiro, “a modernização não foi muito além do processo produtivo” (MEDEIROS, 1996, p. 134), reordenando relações sociais sem inserir o universo dos direitos. Acirraram-se, assim, as tensões sociais já preexistentes e disseminadas. Um dos efeitos dessa modernização foi o de acelerar o processo de

⁴⁸ Anexo intitulado “Depoimento prestado por José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, perante a CPI que apura as causas e consequências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda do Brasil”, presente no relatório do SNI, Informe nº 2539/30/AC/81 (Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_20708_81). A mudança do *status* do terreno para empresa rural não foi inocente. A declaração da área como empresa rural e impedia a desapropriação por interesse social deste terreno. Desta forma, a mudança não só mantinha parte das terras dos Coimbra Bueno como diminuía as terras reivindicadas pelos camponeses.

⁴⁹ “Incra tem problemas em Cachoeiras de Macacu”. Jornal *O Globo*, 10/08/1987 (MSPP/ci CF.se.rj - Pasta I

expropriação dos trabalhadores, aumentando o número de trabalhadores temporários e expulsando milhares de trabalhadores que buscaram na migração uma solução possível. Em Cachoeiras de Macacu não foi diferente. Com os anos que se arrastaram após o golpe foram inúmeras as prisões e as migrações forçadas, a fim de enfraquecer a organização dos trabalhadores, mitigando a luta pela terra e a luta pelas condições de trabalho.

A presença do arbítrio e da força é contínua e intensa na luta pela terra – o questionamento das formas de dominação, a organização dos trabalhadores e a discussão sobre a propriedade fundiária e a possibilidade e necessidade de uma reforma agrária – levando à morte inúmeros trabalhadores e lideranças. A intervenção no sindicato e a presença de jagunços, policiais e Forças Armadas na São José da Boa Morte, bem como em outras fazendas do município, intensificaram o clima de tensão e desmobilização, obrigando muitas famílias a fugirem e/ou aceitarem o silêncio contra as violências. Contudo, ao aumento da violência correspondeu o aumento das denúncias, incapaz, entretanto, de impedir a continuidade da violência, nem a resolução dos conflitos na esfera privada, onde, na grande maioria dos casos, prevalece a força bruta.

A potência que emerge nas lutas dos anos de 1980, não apenas em Cachoeiras de Macacu, traz consigo a lembrança das lutas e das conquistas abortadas dos anos de 1960. A prisão de 89 lavradores e apoiadores não imobilizou a organização camponesa, mas manteve tensionada a memória dos conflitos e o desejo pela terra: a contínua vivência de situações marcadas pela violência e pelo rompimento de relações sociais reatualiza a insubmissão camponesa (BRITO, 2014), esta teimosa e cotidiana resistência aos autoritários avanços sobre a terra de patrões e de parcelas do Estado. E como vimos nas ocupações da década de 1960 também se possibilitavam a redenção do passado como a realização e a reparação da felicidade individual e coletiva de uma geração e de sua época. Walter Benjamin assim se opõe ao conceito de “progresso”: a redenção do passado, orientada também para a salvação presente e futura, não se esquece daqueles que foram vencidos e oprimidos, instigando a luta pela sua memória (LOWY, 2005).

Devemos “estar decididamente interessado[s] (...) na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido” (THOMPSON, 2001, p. 172). As reivindicações e os sofrimentos de épocas passadas não podem ser desprezados: não há luta pelo futuro sem memória do passado. A contínua e teimosa resistência dos lavradores e lavradoras de SJBm – e tantos outros locais, municípios e estados do Brasil – constituiu uma cultura política de resistência

que internalizou no corpo e no cotidiano destes a luta de classes e o confronto por projetos de classe distintos. Não só a lembrança das lutas dos anos anteriores ao golpe emergiram nos anos 1980 como também os próprios atores daquelas lutas. Conquistaram pela luta (também teimosa) a “terra livre” para si e as gerações passadas.

Referências bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, *o ano que não terminou*. (pp. 205-236). In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir Pinheiro (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom*. Revista Mana 2 (2): 7-20, 1996.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. *A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985)*. Revista Habitus, Rio de Janeiro, v. 13, 2014, n. 1, p. 72-87.

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Salgado de Oliveira – Universo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de mestrado, PPGAS/MN, UFRJ, 1987.

LE MOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil*. (pp. 71-88). In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação* (pp. 303-320). FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACIEL, Dulce P. *Goiânia (1933-1963): a cidade planejada!* In: IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Salvador, 1996.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão. O cerco político das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Dimensões políticas da violência no campo*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

_____. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar*. (pp. 195-229). In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____ et al. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

MELoa, Demian Bezerra de. *O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. (pp. 157-188). In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELOb, Demian Bezerra de. *O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia* (pp. 89-107). In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, vol. 3. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. Dissertação (mestrado) São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. *Ocupação do Imbé: conflitos e rumores*. In: MEDEIROS, Leonilde. MEDEIROS, Leonilde et al. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

PALMEIRA, Moacir. *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato* (pp. 43-51). In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____. *Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana*. (p. 171 – 200) In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. I. *O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.

RIBEIRO, Carlos A. C. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

ROSA JR, Ailton Fernandes da. *A pedra e a vala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960 – 1964)*. Monografia de bacharelado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais

em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Assis: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1994.

TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu*. In: MEDEIROS, Leonilde et al. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses* (pp. 75-179). In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

WELCH, Clifford Andrew. *Os com-terra e os sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1946-1996)*. (p. 139-170) In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.